

PARTE 3:

PROPOSTA DE LINHAS ESTRATÉGICAS PARA ALCANÇAR A EQUIDADE VALORIZANDO A DIVERSIDADE.





Os dados aqui apresentados sobre a realidade da infância e da adolescência mostram que o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto. Ainda hoje, a renda da família, a etnia, o sexo, o lugar onde vive, o fato de ter ou não deficiência determinam os acessos de meninas e meninos a serviços de saúde e nutrição, à educação infantil, fundamental e média, se terão ou não seu trabalho explorado antes dos 16 anos, ou até mesmo o risco de ser contaminado pelo HIV/ Aids.

Esse “determinismo” é uma grave violação aos direitos humanos dessas crianças e desses adolescentes. Mas não se pode tirar as aspas da frase anterior. É preciso lembrar que não se trata de um jogo de dados aleatório, a definição das oportunidades de meninas e meninos ao longo da infância e adolescência e, depois, na vida adulta.

A iniquidade, o preconceito e a discriminação surgem na sociedade brasileira como resultado de um sistema injusto, erguido sobre um conjunto de fatores históricos, econômicos, sociais. Um sistema baseado na perversa reunião de três fatores: a) uma das maiores concentrações de riqueza do mundo; a falta de investimento do Estado em serviços sociais fundamentais; e a falta de participação dos cidadãos no desenho e implementação de políticas públicas sociais.

Crianças e adolescentes são as primeiras e maiores vítimas dessa terrível combinação de fatores de exclusão social.

É por eles – meninas e meninos –, portanto, que começa a solução para a quebra desse ciclo de exclusão que perpassa gerações.

O ponto de partida é um conjunto de políticas inclusivas articuladas e integradas, com especificidades segundo cada área de intervenção.

O primeiro passo, o aumento dos investimentos públicos, principalmente do Estado, em áreas que afetam mais diretamente as crianças e os adolescentes: saúde, educação, assistência e proteção. Isso porque atualmente mesmo se os recursos disponíveis fossem canalizados para a infância e adolescência e para as áreas apontadas neste relatório, não seriam suficientes para universalizar políticas públicas com qualidade. É preciso empenhar mais dinheiro.

Com a injeção de novos recursos, as políticas poderiam ser criadas ou aprimoradas em seus desenhos e na sua forma de implementação. Abaixo, apresentamos algumas linhas estratégicas que devem recortar cada uma das áreas sociais voltadas à infância, à adolescência e às famílias:

- **Saúde**

O modelo de saúde adotado no Brasil ainda está assentado sobre o trinômio: diagnóstico-tratamento-alta. Isso faz com que as políticas de saúde sejam na verdade políticas de tratamento de doenças. A maior parte dos recursos financeiros e humanos está colocada aí.

A solução da equação equidade-diversidade aponta para políticas públicas que privilegiem a saúde preventiva e os serviços básicos oferecidos e gerados dentro das próprias comunidades.

No caso das crianças, o investimento em saúde preventiva tem resultados rápidos e óbvios. A vida da criança começa da melhor maneira possível se – e somente se – sua mãe tiver sido orientada ao longo da gestação. Toda mulher gestante deve ter com regularidade acesso à medição da pressão arterial, aos exames pré-natais, ao aconselhamento nutricional e ao acompanhamento do crescimento do bebê no ventre da mãe.

Esse acompanhamento pode ser feito por um profissional de saúde ou por agentes comunitários de saúde ou ainda

por parteiras devidamente treinadas. Os fatores mais importantes são a capacitação de quem acompanha e a continuidade do acompanhamento (a mesma equipe ou pessoa deve assistir a mulher durante toda a gestação). Outro fator fundamental é que o acompanhamento seja feito em local próximo à residência da gestante (em sua própria casa, numa clínica, hospital ou posto de saúde – e de preferência que o pai da criança possa acompanhá-la), daí a importância do atendimento de saúde básico localizado dentro das comunidades.

Outra iniciativa de baixo custo e alto impacto na garantia da saúde das crianças é a promoção e o apoio ao aleitamento materno. A amamentação pode ser orientada ainda durante o pré-natal e as pessoas que convivem com a gestante precisam estar prontas a ajudá-la e estimulá-la, depois que o bebê nascer.

O respeito à diversidade na saúde também é fator crucial. O Brasil tem grupos populacionais com riquíssimos conhecimentos de medicina popular. Esses saberes precisam ser aproveitados e valorizados. A medicina popular respeita as tradições e culturas das pessoas em suas comunidades e também tem custos menos elevados. Parcerias de secretarias de saúde, universidades, centros de pesquisa com as lideranças comunitárias e religiosas devem garantir o respeito aos rituais tradicionais (dos indígenas, afro-brasileiros, nas populações tradicionais da Amazônia, do sul do País, do semi-árido, das regiões centrais), aliados aos avanços científicos da medicina.

As crianças podem participar das políticas de saúde desde pequenas. Ouvindo contos e lendas sobre as culturas de seus povos e recebendo nutrição adequada de acordo com as ofertas locais, em casa, na pré-escola ou na escola, ou em centros comunitários.

- **Educação**

Na educação, também são muitos os

desafios para se alcançar a equidade. Apesar de ter garantido o acesso à escola de 97% das crianças de 7 a 14 anos, ainda há mais de 1,8 milhão de meninas e meninos sem estudar. Nos níveis da educação infantil, o acesso à escola de crianças de 4 a 6 anos atinge apenas 61,4% (IBGE, 2000). E, no ensino médio, estão matriculados somente 32,6% (MEC/Inep, 1999) dos adolescentes de 15 a 17 anos.

Para além do acesso, a escola precisa ganhar em qualidade e em respeito à individualidade das crianças. Alguns avanços foram feitos, ainda que isoladamente, nas mudanças de currículos e metodologias. Esse é um debate presente e importante nos sistemas de ensino. Neste documento, destacamos dois projetos de mudanças nos materiais didáticos para crianças e adolescentes negros na Bahia e indígenas no Mato Grosso do Sul (veja páginas ? e ?).

Porém, há que se avançar na mudança do enfoque histórico da educação de cada menina e menino brasileiro. É preciso retirar as menções aos povos indígenas e aos negros do espaço do folclore, do “exotismo” e da contribuição pontual na culinária e no vocabulário do País para levá-los à dimensão justa e real de sua participação na construção de um país.

A escola precisa ser o lugar privilegiado para que as crianças e os adolescentes dominem os conteúdos históricos e geográficos dos povos, do papel do campo e da cidade na dimensão social e econômica do Brasil, das riquezas e potencialidades de cada uma das regiões, numa leitura mais ampla e responsável das dinâmicas nacionais, para além da descrição de acidentes geográficos e cores de bandeiras.

A escola deve ser inclusiva não apenas no acesso, mas também em seus métodos, em suas avaliações e em seu conteúdo didático.

Precisa ainda promover o debate sobre gênero e sobre o papel masculino e feminino nas sociedades, colocando estigmas em xeque. Preconceitos que parecem “certos” ou “errados” simplesmente porque se repetem. A comunidade escolar discrimina com frequência a partir do recorte de gênero e exclui meninas e meninos por preconceitos (“as meninas são mais organizadas”, “os meninos, melhores nos esportes”, “as meninas são melhores em português e os meninos, em matemática”).

Assim como na saúde, também na educação são fundamentais a formação permanente dos profissionais de educação e a participação da comunidade – principalmente dos pais, mães, crianças e adolescentes – na definição de prioridades, modelos e formas de avaliação de resultados.

• **Assistência**

As políticas de assistência devem ter como enfoque principal o fortalecimento dos potenciais de cada comunidade. Esses potenciais, porém, não podem ser identificados a partir de um questionário-padrão preparado num gabinete a dezenas de quilômetros da comunidade. Necessita de envolvimento direto das pessoas que participarão dessas políticas desde o momento de seu desenho.

As políticas de assistência social que pretendem alcançar a equidade com a valorização da diversidade precisam ter como condição crucial a garantia do direito de organização das comunidades, respeitando suas lideranças e dinâmicas.

Para alcançar com prioridade as crianças, as políticas públicas de assistência devem privilegiar as famílias como unidades multifacetadas e principais responsáveis pelos cuidados com meninas e meninos. O ambiente familiar é onde a criança deve sentir segura, estimulada, ouvida, respeitada, cuidada. Portanto, a família

precisa ser apoiada para garantir os direitos de suas crianças. A família, por sua vez, deve sentir que pertence a sua comunidade, participando ativamente dela, segura em seu entorno e solidária com as outras famílias.

Os programas de geração de renda para os adultos devem apontar para além do “mercado de empregos” e focar o mundo do trabalho, com um espaço de realização de um direito humano. Esse mundo do trabalho deve ser um espaço seguro, não discriminatório, em que homens e mulheres produzam, sejam respeitados em suas diferenças e necessidades, estejam amparados por benefícios e pela regulamentação do Estado nas relações, em que exerçam sua criatividade e recebam um pagamento justo por isso.

• Proteção

Também nessa área da proteção, a que todas as crianças e todos os adolescentes têm direito, a família é a unidade fundamental para os cuidados com meninas e meninos desde a gestação até a adolescência.

Em políticas para a equidade com valorização da diversidade, a família é responsável por garantir a estimulação precoce das crianças, desde a gestação e os primeiros dias de vida. A família é também a principal fonte de afetividade para meninas e meninos.

Nessa área, as unidades familiares são apoiadas a partir de seus próprios referenciais culturais, em sua auto-identidade e em seus valores de vida, nos quais têm razões para acreditar.

É a família a unidade capaz de romper os estigmas e paradigmas que mais tarde transformam-se em preconceitos (os diálogos cotidianos que afirmam equivocadamente que “os cabelos de crianças negras são ruins”, “que mulheres

negras exercem funções de empregada doméstica”, “que índios são preguiçosos”, “que as pessoas que vivem no campo são ignorantes”).

Sob esse enfoque de erradicação da discriminação, as chamadas competências familiares são políticas de apoio às famílias que respeitam a diversidade como o conjunto de semelhanças e diferenças que enriquecem a condição humana, que permitem interações criativas e garantem vida e novas possibilidades de convivência.

Ainda nessa área, na prevenção, enfrentamento e erradicação dos abusos e maus-tratos contra crianças e adolescentes são importantes políticas de discriminação positiva, que buscam atingir as situações de iniquidade dando prioridade às vulnerabilidades (de gênero, raça, idade, deficiência, renda e região).

Essas políticas combinam ações repressivas e valorativas.

As repressivas estão baseadas na lei e no aparato de segurança e justiça. Garantem que a discriminação negativa não aconteça e, quando acontecer, seja devidamente apurada e punida, inibindo essa prática no convívio social. Nos casos da exploração do trabalho infantil, por exemplo, as políticas repressivas punem os empregadores da mão-de-obra de crianças e adolescentes com menos de 16 anos.

As ações valorativas, como o próprio nome diz, buscam valorizar a diversidade, incluindo conteúdos nos planos educacionais, de saúde, como foi dito anteriormente, e as chamadas ações afirmativas, que procuram erradicar iniquidades (no Brasil, ações afirmativas terminaram confundindo-se com cotas. As cotas são um tipo de ação afirmativa, mas não a única).

As ações afirmativas implicam a formulação de um conjunto de estratégias que beneficiam de forma diferenciada grupos

ou segmentos sociais discriminados negativamente para permitir que, a médio e longo prazo, eles possam alcançar condições equânimes de tratamento ou de acesso a oportunidades. No caso do trabalho infantil, novamente, as ações afirmativas criam projetos como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em que famílias recebem apoio financeiro para manter suas crianças na escola e participam de projetos como o do Movimento de Organização Comunitária (MOC), destacado na página ? deste relatório.

Um mundo para as crianças

Relatório da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança 2002

“Enfatizamos nosso comprometimento em criar um mundo digno para as crianças no qual o desenvolvimento humano sustentável, levando-se em conta os melhores interesses para as crianças, é fundamentado nos princípios da democracia, equidade, da não discriminação, paz, justiça social e da universalidade, indivisibilidade, interdependência e da inter-relação de todos direitos humanos incluindo o direito ao desenvolvimento.”

Constituição Brasileira

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”